



**Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça**

CLIPPING INTERNET

25/07/2017 ATÉ 25/07/2017

INDÍCE

1	CENTRO JUDICIÁRIO DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS	
	1.1 MA 10.....	1
	1.2 SINAL VERDE DE CAXIAS.....	2
	1.3 SITE TV GUARÁ.COM.....	3
2	DESEMBARGADOR	
	2.1 BLOG GILBERTO LIMA.....	4
	2.2 BLOG JORGE ARAGÃO.....	5
	2.3 BLOG JORGE VIEIRA.....	6
	2.4 BLOG MARRAPÁ.....	7
	2.5 BLOG WALDEMAR TER.....	8
	2.6 BLOG ZECA SOARES.....	9
3	SINDJUS	
	3.1 BLOG DIEGO EMIR.....	10
	3.2 BLOG FILIPE MOTA.....	11
4	UNIDADES ADMINISTRATIVAS	
	4.1 BLOG MARRAPÁ.....	12

Justiça não reconhece DCE da UFMA há 14 anos, diz novo presidente da entidade

25/07/2017 19:03:51

Na última sexta-feira (21), estudantes de 38 cursos reuniram-se no auditório do prédio de pós-graduação do CCBS na Ufma. Na oportunidade, mais de 100 alunos, de todos os 8 campi da Universidade, elegeram nova diretoria da entidade para o exercício do triênio 2017-2020. A novidade é que desta vez, os estudantes da Universidade se articularam legalmente na Justiça, acompanhando todo o processo de reestruturação da entidade, cujo Estatuto se encontra intacto, desde 1988.

Durante o evento, foi ministrada uma palestra com Aníbal Lins, atual o presidente do Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário (Sindjus). Aníbal destacou a importância da rearticulação dos estudantes na luta por direitos. **"Principalmente no momento crítico que vivemos atualmente no nosso País. A Universidade precisa de estudantes que lutem por seus direitos como antigamente"**, afirmou.

Na ocasião, foram discutidos diversos temas que têm gerado polêmica nos últimos anos na Ufma, entre eles a necessidade de mais segurança nos campi da Universidade, revisão da distribuição de bolsas de pesquisa da Pró-reitoria de Assistência Estudantil, Transparência e eficiência do gasto público, além de Restaurante Universitário e emancipação dos campi do continente.

Nos debates, alunos prepararam documento com encaminhamentos aos Ministério Público Federal, a fim de tentar solucionar diversos problemas pontuais que se arrastam há anos. **"Há a necessidade de garantir que nossa Universidade consiga ter eficiência no gasto público, principalmente no momento de crise em que passamos"**, destacou Renan Reis, aluno do curso de Comunicação Social da Ufma.

A entidade agora pretende realizar reuniões periódicas e ser recebida pela reitora da Ufma, para discutir questões relatadas durante o Congresso de Estudantes. **"Ter uma gestão legitimamente registrada em cartório é importante para a luta por direitos, estávamos sem entidade legalizada deste 2003"**, afirma Edson Marcony, presidente do DCE/UFMA.

O post [Justiça não reconhece DCE da UFMA há 14 anos, diz novo presidente da entidade](#) apareceu primeiro em [Diego Emir](#).

DCE UFMA: Agora forte e combatente

25/07/2017 13:06:44

O Congresso contou com a presença de vários estudantes com representações de 38 cursos, e 6 Campi de todo o Maranhão

Congresso dos Estudantes da Universidade Federal do Maranhão - CEUFMA, ocorrido no último final de semana, foi o fórum máximo de deliberações e afirmações das conquistas estudantis.

A realização do congresso "***Avanços, Conquistas e Desafios da Universidade***" garantiu a troca de conhecimentos e o desenvolvimento do ciclo de vivência entre os estudantes, no campo das idéias científicas ou através do senso comum.

O CEUFMA contou com a presença de vários estudantes durante todo o dia e ainda com representações de 38 cursos, e 6 Campi do continente e São Luís. Diversos debates ocorreram, dentre eles, sobre os Avanços e desafios da Universidade; Conjuntura: Universidade x Movimento estudantil; os avanços na Infraestrutura pós REUNI, programa do Governo Federal de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais Brasileiras; O ensino, pesquisa e extensão; Esporte; Direitos humanos entre outros assuntos de relevância.

A Mesa-redonda de abertura, teve como palestrante Anibal Lins, membro fundador do DCE 17 de Setembro e atual presidente do SINDJUS, que relatou sua experiência no movimento estudantil, sobre os avanços, as conquistas e os desafios da Universidade, passando desde a conjuntura da sua época até os dias atuais.

Ocorreram também diversos Grupos de Discussão com o objetivo de discutir as temáticas propostas através de inscrições livres entre delegados, suplentes e observadores, momento de formular, discutir e construir os rumos do movimento estudantil e das lutas em prol da Universidade, para os próximos três anos de gestão do Diretório Central dos Estudantes da Universidade Federal do Maranhão - DCE 17 de Setembro.

Ao DCE compete defender e representar os estudantes regularmente matriculados em sua plenitude, sem distinção de raça, cor, sexo, convicção política ou religiosa; organizar e orientar a luta dos estudantes, ao lado do povo, para a construção de uma sociedade livre, democrática e sem exploração; organizar os estudantes na luta por uma Universidade crítica, autônoma, democrática e adequada às necessidades científicas, culturais, políticas, sociais e econômicas de nossa sociedade.

Uma conquista inédita do movimento estudantil foi a realização do congresso com independência financeira e autonomia de qualquer governo e reitoria. E a partir dessa independência, os estudantes conseguiram efetivamente debater problemas crônicos da Universidade oriundos da má gestão da atual administração superior.

Ao final do CEUFMA foi eleita de forma democrática e participativa uma nova gestão para o DCE 17 de Setembro. A Diretoria Executiva, legalmente constituída, é a instância responsável pelo encaminhamento e execução das atividades cotidianas da entidade para o triênio de 2017-2020. A missão é fomentar a construção de um diálogo com os estudantes para energizar o movimento estudantil dentro da UFMA.

Nelma Sarney também foi denunciada ao CNJ pelo Banco do Nordeste em processo milionário

25/07/2017 00:00:00

Do Blog Marrapá

A desembargadora Nelma Sarney, além de responder processo no Conselho Nacional de Justiça por favorecer o ex-assessor, José Mauro Bezerra Arouche, em concurso público para tabelião, também foi denunciada pelo Banco do Nordeste por prática ilegal e por não atender ao princípio do juiz natural, na época que era corregedora-geral de Justiça do Estado do Maranhão, em processo milionário envolvendo honorários advocatícios.

Na reclamação disciplinar protocolada (0005854-77) pelo BNB no CNJ consta processo envolvendo o ex-advogado do banco, Francisco Xavier de Sousa Filho, contra a instituição bancária, objetivando o recebimento de verba honorária oriunda da Ação Executiva nº 217/1983 no valor de R\$14.163.443,18 e que originalmente tramitava na 7ª Vara Cível de São Luís, sob os cuidados do juiz José Brígido da Silva Lages.

Foi celebrado acordo com o advogado, através do qual o banco reconheceu e depositou o valor de R\$ 2.497.783,95.

José Brígido percebeu erro material nos cálculos que apontavam para dívida no valor de R\$ 12.601.151,86 e determinou novo calculo através da Contadoria Judicial para apurar o real valor da execução, e por sua vez apontou que seria o montante de R\$ 491.892,99. O BNB apresentou discordância desses cálculos e apresentou impugnação ao cumprimento de sentença, entendendo que o valor correto da execução era de R\$ 51.927,20.

O advogado então entrou com processo de "Exceção de Suspeição" contra a atuação do juiz José Brígido, que rechaçou a apontada suspeição, e por sua vez determinou a remessa dos autos ao Tribunal de Justiça. "Suspeição" é quando um desembargador é apontado como suspeito para julgar o caso.

O desembargador Marcelino Chaves Everton, da 4ª vara, admitiu o agravo de instrumento interposto, deferiu o pleito da defesa de Francisco Xavier e determinou que os autos fossem

encaminhados a então Corregedoria-Geral de Justiça, Nelma Sarney, para designar outro magistrado. A corregedora, então, assinou três portarias no mesmo dia, 22 de setembro, até a escolha da juíza Alice de Sousa Rocha para presidir o processo, sem qualquer critério objetivo ou intimação ao banco.

"É inegável que a conduta da corregedora constitui-se numa grave ofensa ao princípio do juiz natural, a uma, porque não havia razões jurídicas para se determinar a redistribuição do processo, máxime no presente caso, que se tratava de um processo emblemático e que envolvia quantia milionária; duas, porque o processo não estava paralisado, mas apenas suspenso, em razão da exceção de suspeição oposta pelo requerente em face do juiz titular da 7ª Vara Cível; três, porque a redistribuição não obedeceu a qualquer critério objetivo, ao reverso, os autos foram redistribuídos ao alvedrio da corregedoria; quatro, porque todas essas ações foram praticadas, sem qualquer intimação do Banco do Nordeste", aponta a denúncia.

Segundo o BNB, houve manobra de Nelma Sarney para o caso não voltasse às mãos do juiz titular da 7ª Vara Cível, que havia aceitado o recurso da defesa estipulado o valor do saldo devedor em R\$ 491.892,99.

Como responsável pelo caso, a juíza Alice, mesmo em um processo de sete volumes, só precisou de dez dias para julgar improcedente a impugnação ao cumprimento de sentença e determinou a imediata liberação de R\$ 14.163.443,18 a favor de Francisco Xavier em total confronto à decisão do Bringel.

Além disso, a decisão foi inserida no site do TJ/MA às 11h23 do dia 02/10/2015. O alvará foi entregue pela Secretaria Judicial às 11h48, sem qualquer tipo de intimação prévia ao banco.

No pedido, o Banco Nordeste pede o afastamento da desembargadora Nelma Sarney da Corregedoria e punições aos demais magistrados envolvidos neste caso.

A campanha torpe e sórdida contra Nelma Sarney

25/07/2017 09:26:10

É impressionante como o modus operandi dos comunistas e seus asseclas não muda, são sempre os mesmos. Agora, de maneira torpe e vergonhosa, tentam a todo custo atingir a honra da desembargadora Nelma Sarney.

A desembargadora passou a ser o novo alvo preferido dos comunistas e seus asseclas, tudo pelo simples fato de que Nelma Sarney está prestes a assumir o comando do Tribunal de Justiça do Maranhão pela questão da antiguidade.

Os comunistas e asseclas partiram para cima da desembargadora com notícias requentadas e factoides descabidos, de maneira orquestrada e sintomática, tudo para tentar evitar que em outubro ela seja conduzida ao cargo de presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão.

A ira dos comunistas e asseclas não se restringe apenas ao sobrenome da desembargadora, mas também pela derrota sofrida pelo irmão do governador Flávio Dino, Nicolao Dino, quando da escolha pelo presidente Michel Temer do novo procurador-geral da República.

Os comunistas e asseclas atribuem a derrota somente a influência do ex-presidente José Sarney junto ao presidente Temer e querem dar o "troco" nas eleições do TJ-MA, mas esquecem de como o próprio Flávio Dino atrapalhou e, mesmo involuntariamente, jogou contra o próprio irmão, conforme o Blog já destacou anteriormente ([reveja](#)).

A campanha sórdida deve continuar até outubro, quando teremos, enfim, as eleições do Tribunal de Justiça.

É aguardar e conferir.

Nelma Sarney também foi denunciada ao CNJ pelo Banco do Nordeste em processo milionário

25/07/2017 09:35:25

Blog Marrapé - A desembargadora Nelma Sarney, além de responder processo no Conselho Nacional de Justiça por favorecer o ex-assessor, José Mauro Bezerra Arouche, em concurso público para tabelião, também foi denunciada pelo Banco do Nordeste por prática ilegal e por não atender ao princípio do juiz natural, na época que era corregedora-geral de Justiça do Estado do Maranhão, em processo milionário envolvendo honorários advocatícios.

Na reclamação disciplinar protocolada (0005854-77) pelo BNB no CNJ consta processo envolvendo o ex-advogado do banco, Francisco Xavier de Sousa Filho, contra a instituição bancária, objetivando o recebimento de verba honorária oriunda da Ação Executiva nº 217/1983 no valor de R\$14.163.443,18 e que originalmente tramitava na 7ª Vara Cível de São Luís, sob os cuidados do juiz José Brígido da Silva Lages.

Foi celebrado acordo com o advogado, através do qual o banco reconheceu e depositou o valor de R\$ 2.497.783,95.

José Brígido percebeu erro material nos cálculos que apontavam para dívida no valor de R\$ 12.601.151,86 e determinou novo cálculo através da Contadoria Judicial para apurar o real valor da execução, e por sua vez apontou que seria o montante de R\$ 491.892,99. O BNB apresentou discordância desses cálculos e apresentou impugnação ao cumprimento de sentença, entendendo que o valor correto da execução era de R\$ 51.927,20.

O advogado então entrou com processo de “Exceção de Suspeição” contra a atuação do juiz José Brígido, que rechaçou a apontada suspeição, e por sua vez determinou a remessa dos autos ao Tribunal de Justiça. “Suspeição” é quando um desembargador é apontado como suspeito para julgar o caso.

O desembargador Marcelino Chaves Everton, da 4ª vara, admitiu o agravo de instrumento interposto, deferiu o pleito da defesa de Francisco Xavier e determinou que os autos fossem encaminhados a então Corregedoria-Geral de Justiça, Nelma Sarney, para designar outro magistrado. A corregedora, então, assinou três portarias no mesmo dia, 22 de setembro, até a escolha da juíza Alice de Sousa Rocha para presidir o processo, sem qualquer critério objetivo ou intimação ao banco.

“É inegável que a conduta da corregedora constitui-se numa grave ofensa ao princípio do juiz natural, a uma, porque não havia razões jurídicas para se determinar a redistribuição do processo, máxime no presente caso, que se tratava de um processo emblemático e que envolvia quantia milionária; duas, porque o processo não estava paralisado, mas apenas suspenso, em razão da exceção de suspeição oposta pelo requerente em face do juiz titular da 7ª Vara Cível; três, porque a redistribuição não obedeceu a qualquer critério objetivo, ao reverso, os autos foram redistribuídos ao alvedrio da corregedoria; quatro, porque todas essas ações foram praticadas, sem qualquer intimação do Banco do Nordeste”, aponta a denúncia.

Segundo o BNB, houve manobra de Nelma Sarney para o caso não voltasse às mãos do juiz titular da 7ª Vara Cível, que havia aceitado o recurso da defesa estipulado o valor do saldo devedor em R\$ 491.892,99.

Como responsável pelo caso, a juíza Alice, mesmo em um processo de sete volumes, só precisou de dez dias para julgar improcedente a impugnação ao cumprimento de sentença e determinou a imediata liberação de R\$ 14.163.443,18 a favor de Francisco Xavier em total confronto à decisão do Bringel.

Além disso, a decisão foi inserida no site do TJ/MA às 11h23 do dia 02/10/2015. O alvará foi entregue pela Secretaria Judicial às 11h48, sem qualquer tipo de intimação prévia ao banco.

No pedido, o Banco Nordeste pede o afastamento da desembargadora Nelma Sarney da Corregedoria e punições aos demais magistrados envolvidos neste caso.

Banco do Nordeste quer punição de Nelma Sarney por manobra em favor de advogado favorecido com R\$ 14 milhões

25/07/2017 08:39:58

A desembargadora Nelma Sarney, além de responder processo no Conselho Nacional de Justiça por favorecer o ex-assessor, José Mauro Bezerra Arouche, em concurso público para tabelião, também foi denunciada pelo Banco do Nordeste por prática ilegal e por não atender ao princípio do juiz natural, na época que era corregedora-geral de Justiça do Estado do Maranhão, em processo milionário envolvendo honorários advocatícios.

Na reclamação disciplinar protocolada (0005854-77) pelo BNB no CNJ consta processo envolvendo o ex-advogado do banco, Francisco Xavier de Sousa Filho, contra a instituição bancária, objetivando o recebimento de verba honorária oriunda da Ação Executiva nº 217/1983, no valor de R\$ 14.163.443,18 e que originalmente tramitava na 7ª Vara Cível de São Luís, sob os cuidados do juiz José Brígido da Silva Lages.

Foi celebrado acordo com o advogado, através do qual o banco reconheceu e depositou o valor de R\$ 2.497.783,95.

José Brígido percebeu erro material nos cálculos que apontavam para dívida no valor de R\$ 12.601.151,86 e determinou novo cálculo através da Contadoria Judicial para apurar o real valor da execução, que apontou que o montante de R\$ 491.892,99. O BNB apresentou discordância dos cálculos e apresentou impugnação ao cumprimento de sentença, entendendo que o valor correto da execução era de R\$ 51.927,20.

O advogado então entrou com processo de "Exceção de Suspeição" contra a atuação do juiz José Brígido, que rechaçou a apontada suspeição, e por sua vez determinou a remessa dos autos ao Tribunal de Justiça. "Suspeição" é quando um magistrado é apontado como suspeito para julgar o caso.

O desembargador Marcelino Chaves Everton, da 4ª vara, admitiu o agravo de instrumento interposto, deferiu o pleito da defesa de Francisco Xavier e determinou que os autos fossem encaminhados a então Corregedoria-Geral de Justiça, Nelma Sarney, para designar outro magistrado. A corregedora, então, assinou três portarias no mesmo dia, 22 de setembro, até a escolha da juíza Alice de Sousa Rocha para presidir o processo, sem qualquer critério objetivo ou intimação ao banco.

"É inegável que a conduta da corregedora constitui-se numa grave ofensa ao princípio do juiz natural, a uma, porque não havia razões jurídicas para se determinar a redistribuição do processo, máxime no presente caso, que se tratava de um processo emblemático e que envolvia quantia milionária; duas, porque o processo não estava paralisado, mas apenas suspenso, em razão da exceção de suspeição oposta pelo requerente em face do juiz titular da 7ª Vara Cível; três, porque a redistribuição não obedeceu a qualquer critério objetivo, ao reverso, os autos foram redistribuídos ao alvedrio da corregedoria; quatro, porque todas essas ações foram praticadas,

sem qualquer intimação do Banco do Nordeste", aponta a denúncia.

Segundo o BNB, houve manobra de Nelma Sarney para o caso não voltasse às mãos do juiz titular da 7ª Vara Cível, que havia aceitado o recurso da defesa estipulado o valor do saldo devedor em R\$ 491.892,99.

Como responsável pelo caso, a juíza Alice, mesmo em um processo de sete volumes, só precisou de dez dias para julgar improcedente a impugnação ao cumprimento de sentença e determinou a imediata liberação de R\$ 14.163.443,18 a favor de Francisco Xavier em total confronto à decisão do Bringel.

Além disso, a decisão foi inserida no site do TJ/MA às 11h23 do dia 02/10/2015. O alvará foi entregue pela Secretaria Judicial às 11h48, sem qualquer tipo de intimação prévia ao banco.

No pedido, o Banco Nordeste pede o afastamento da desembargadora Nelma Sarney da Corregedoria e punições aos demais magistrados envolvidos neste caso.

Presidente do TRT emite nota de repúdio contra agressão sofrida pelo procurador Rodrigo Maia

25/07/2017 10:48:29

O presidente do Tribunal Regional do Trabalho, desembargador James Araújo Magno Farias, emitiu nota de repúdio contra a agressão do tenente coronel, Ciro Nunes, ao procurador-geral do Estado, Rodrigo Maia, ocorrida na última sexta-feira em frente ao Tribunal de Justiça do Maranhão.

Para o desembargador a atitude do policial agrediu a sociedade de maneira em geral, porque "os agentes públicos agem no interesse de todos, de forma impessoal e observando a estrita legalidade".

Desde quando ocorreu à violência, Rodrigo Maia tem tido o apoio de toda classe jurídica e amigos próximos, ao passo que os próprios comandantes da Polícia Militar condenaram a atitude descabida do tenente coronel. Ciro Nunes ainda tenta transformar a situação em uma questão política, sendo manipulado por deputados ligados a oligarquia na tentativa de amenizar sua situação, afinal, ele foi preso e responderá processo disciplinar.

Veja nota na íntegra.

O Tribunal Regional do Trabalho do Maranhão, por meio de seu Presidente, vem manifestar repúdio contra a grave e covarde agressão sofrida pelo Procurador-Geral do Estado do Maranhão, Rodrigo Maia, na última sexta-feira (21/07), praticada pelo Tenente Coronel Ciro Nunes Alves da Silva, na sede do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão, quando o Procurador-Geral estava em missão institucional.

Os agentes públicos agem no interesse de todos, de forma impessoal e observando a estrita legalidade. A agressão por eles sofrida, quando no cumprimento de suas responsabilidades institucionais, não é apenas contra o indivíduo, mas contra toda a sociedade, que nele confia e espera atuação corajosa e independente.

A linha divisória que separa qualquer sociedade civilizada da barbárie, é o respeito que todos devem ter à lei e aos direitos fundamentais dos demais. De igual modo, apenas podemos acreditar em um Estado verdadeiramente eficiente e justo, quando seus representantes podem atuar sem receio de agressões e abusos de qualquer natureza.

Atos de violência como o sofrido pelo Procurador-Geral devem ser investigados com rapidez e resolução, para que sirvam de exemplo e não se repitam.

É com esse espírito que registramos solidariedade ao Procurador Rodrigo Maia, certos de que as ofensas sofridas terão a justa e necessária resposta.

São Luís-Ma, 24 de julho de 2017.

Des. JAMES MAGNO ARAÚJO FARIAS

Presidente do TRT da 16ª Região

SENTENÇA MILIONÁRIA: Banco do Brasil acionou Nelma Sarney e juiz Sidney no CNJ por condenação de R\$ 19 mi

25/07/2017 06:12:38

O Banco do Brasil fez reclamação contra Nelma Sarney e o juiz Sidney Cardoso Ramos alegando situação de extrema gravidade o processo nº 12915/1998 da 4ª Vara Cível de São Luís. Um processo de R\$ 15,9 milhões em indenização a favor do advogado José Carlos Tavares Durans.

Durans era advogado do Banco do Brasil em um caso contra uma empresa de premoldados e teve seu contrato rescindido por, segundo o banco, desvios de conduta. Ele então, exigiu indenização e honorários advocatícios. A primeira sentença (12915/1998) foi em favor do advogado, mas depois um Acórdão de 2001 do Agravo de Instrumento 14987/1998 havia encerrado o caso, pelo não pagamento dos honorários.

Mas cinco anos após a decisão, a 4ª Vara Cível atuou na execução da sentença 12915/1998, decisão que já havia sido reformada.

O curioso é que o já conhecido juiz Clésio Cunha foi o primeiro a ter este processo em mãos, mas se deu por impedido. Em abril de 2015, a desembargadora Nelma Sarney designou o juiz Sidney para o processo. Em junho de 2015, o juiz Reinaldo de Jesus Araújo foi empossado na 4ª Vara Cível e mesmo assim o processo não retornou ao juiz natural, ficando nas mãos de Sidney.

O banco alega que Nelma nem poderia designar o juiz pois era Corregedora-geral à época e não fazia parte da 2ª Câmara Cível do TJ, sendo incompetente para designar o juiz.

A soma dos valores atualizados chegaram a R\$ 19 milhões. No pedido de investigação, a defesa do Banco do Brasil diz que é nula a decisão para pagar o advogado e a portaria assinada por Nelma "que revestiu o primeiro reclamado (juiz Sidney) na jurisdição somente deste processo que envolve cifras milionárias e tramita na Quarta Vara Cível de São Luís, juiz incompetente para apreciar a matéria e com escopo específico de rejeitar a defesa do Banco do Brasil, é igualmente nula".

Além da nulidade das decisões, o banco quer que se abra processo disciplinar para apurar os fatos narrados e a aplicação das sanções cabíveis aos envolvidos.

por [Clodoaldo Correa](#)

Campanha torpe e sórdida contra Nelma

25/07/2017 10:00:54

É impressionante como o modus operandi dos comunistas e seus asseclas não muda, são sempre os mesmos. Agora, de maneira torpe e vergonhosa, tentam a todo custo atingir a honra da desembargadora Nelma Sarney.

A desembargadora passou a ser o novo alvo preferido dos comunistas e seus asseclas, tudo pelo simples fato de que Nelma Sarney está prestes a assumir o comando do Tribunal de Justiça do Maranhão pela questão da antiguidade.

Os comunistas e asseclas partiram para cima da desembargadora com notícias requentadas e factoides descabidos, de maneira orquestrada e sintomática, tudo para tentar evitar que em outubro ela seja conduzida ao cargo de presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão.

A ira dos comunistas e asseclas não se restringe apenas ao sobrenome da desembargadora, mas também pela derrota sofrida pelo irmão do governador Flávio Dino, Nicolao Dino, quando da escolha pelo presidente Michel Temer do novo procurador-geral da República.

Os comunistas e asseclas atribuem a derrota somente a influência do ex-presidente José Sarney junto ao presidente Temer e querem dar o "troco" nas eleições do TJ-MA, mas esquecem de como o próprio Flávio Dino atrapalhou e, mesmo involuntariamente, jogou contra o próprio irmão, conforme o Blog já destacou anteriormente ([reveja](#)).

A campanha sórdida deve continuar até outubro, quando teremos, enfim, as eleições do Tribunal de Justiça.

É aguardar e conferir.

[Blog do Jorge Aragão](#)

O post [Campanha torpe e sórdida contra Nelma](#) apareceu primeiro em [Zeca Soares](#).

Projeto incentivada conciliação entre clientes e Cemar

O serviço funcionará de segunda a sexta-feira, das 8 às 18h

25 Jul 2017 Justiça, Maranhão

Foi lançado, na última segunda-feira (24), no Fórum de São Luís, o projeto “Linha Direta”, que mediará a conciliação entre a Companhia Energética do Maranhão (Cemar) e clientes que possuem demandas contra a empresa. O objetivo é resolver litígios antes de o consumidor tentar a judicialização. O serviço funcionará de segunda a sexta-feira, das 8 às 18h, com a presença permanente de um preposto da concessionária de energia para - dependendo da demanda - solucionar impasses por meio de acordo.

O atendimento será destinado àqueles que possuem demandas contra a Cemar, sendo elas pré-processuais (quando ainda não existe um processo ajuizado em vara ou juizado) e processuais. Ao atender o consumidor, o preposto consultará a sua situação no cadastro da empresa, bem como nos bancos de dados das instituições parceiras - Defensoria Pública do Estado, Procon, Ministério Público e o próprio Judiciário.

Após esse procedimento, será formalizada no ato ou em data posterior - dependendo de cada caso - uma proposta de acordo. Caso o usuário aceite, a proposta será encaminhada a uma das salas do Centro de Solução de Conflitos do Fórum de São Luís, para formalização do Termo de Audiência de Conciliação. Posteriormente, o termo será encaminhado para o Juizado Especial competente e distribuído de acordo com a residência do requerente, para homologação.

A iniciativa é resultado de uma parceria entre a Companhia Energética do Maranhão (Cemar) e o Poder Judiciário maranhense.

Judiciário e Cemar lançam projeto “Linha Direta”

O projeto “Linha Direta”, resultado de uma parceria entre a Companhia Energética do Maranhão (Cemar) e o Poder Judiciário maranhense, foi lançado nesta segunda-feira (24), no Fórum de São Luís, em solenidade com a presença do desembargador José Luiz Almeida (presidente do Núcleo de Solução de Conflitos do TJMA); dos juízes Alexandre Abreu (coordenador do Núcleo) e Sebastião Bonfim (diretor do Fórum de São Luís); de José Jorge Leite Soares (diretor institucional da Cemar), David Adballa Pires Leal (gerente jurídico) e Fabianni Lima Serra (Assessoria Jurídica).

conciliar_3_(Medium)

“Com a iniciativa, cria-se mais um serviço que favorece o acesso dos cidadãos ao Poder Judiciário. É mais uma porta que se abre para que a população seja atendida de forma rápida e efetiva”, ressaltou o presidente do Núcleo de Solução de Conflitos do TJMA, desembargador José Luiz Almeida.

O objetivo é resolver litígios antes do consumidor tentar a judicialização. O serviço funcionará de segunda a sexta-feira, das 8 às 18h, com a presença permanente de um preposto da concessionária de energia para – dependendo da demanda – solucionar impasses por meio de acordo.

O atendimento será destinado àqueles que possuem demandas contra a Cemar, podendo as mesmas serem pré-processuais (quando ainda não existe um processo ajuizado em vara ou juizado) e processuais. Ao atender o consumidor, o preposto consultará a sua situação no cadastro da empresa, bem como nos bancos de dados das instituições parceiras – Defensoria Pública do Estado, Procon, Ministério Público e o próprio Judiciário.

Após esse procedimento, será formalizada no ato ou em data posterior – dependendo de cada caso – uma proposta de acordo. Caso o usuário aceite, a proposta será encaminhada a uma das salas do Centro de Solução de Conflitos do Fórum de São Luís, para formalização do Termo de Audiência de Conciliação. Posteriormente, o termo será encaminhado para o Juizado Especial competente e distribuído de acordo com a residência do requerente, para homologação.

Para o diretor do Fórum de São Luís, juiz Sebastião Bonfim, o projeto “Linha Direta” tem como meta beneficiar a sociedade e reduzir o número de processos judiciais.

O diretor da Cemar, José Jorge Leite Soares, afirmou que a intenção da empresa é mostrar que a resolução por meio de acordo é o melhor caminho. “Nosso foco é o cliente, pois sem ele a companhia não se sustenta e queremos, com isso, evitar a todo custo o conflito, uma vez que a conciliação deve ser priorizada”, frisou.

Após a inauguração, ocorreu o primeiro atendimento, tendo como parte Walbert dos Santos Silva, morador da comunidade Itagarará em São José de Ribamar, que possui um imóvel locado e percebeu, em novembro do ano passado, que estava com seu nome no cadastro de restrição ao crédito, por inadimplência na conta de energia em razão de seu nome ter sido usado irregularmente pela locatária.

“Fiz um bom acordo, pois o que eu mais queria era ter meu nome retirado do Serasa e ter meu crédito de volta.

Fui muito bem atendido e recomendo o serviço aos interessados na resolução de questões com a Cemar”, declarou.

“Linha Direta” - O projeto “Linha Direta” já foi implantado, em maio deste ano, no 13º Juizado Especial Cível e já registrou naquela unidade judicial uma redução de 65% nas demandas em desfavor da companhia. Neste mês, a empresa também instalou um posto no 12º Juizado Especial Cível. O serviço já funciona no Procon (São Francisco), Shopping Pátio Norte e Defensoria Pública.

Fonte: Ascom

"Linha Direta" resolverá questões de consumidores por meio de conciliação

| REDAÇÃO COM INFORMAÇÕES DO TJMA

Nesta segunda-feira (24) foi lançado o projeto "Linha Direta", no Fórum de São Luís, que resolverá, por meio de conciliação com os consumidores, questões pré-processuais ou processuais.

O projeto está sendo realizado por meio de uma parceria entre a Companhia Energética do Maranhão (Cemar) e o Núcleo de Solução de Conflitos do Poder Judiciário e será desenvolvido no Centro de Solução de Conflitos do fórum num sistema de atendimento direto ao público sem necessidade de agendamento prévio de audiência, no horário das 8h às 18h, de segunda a sexta-feira.

De acordo com Fabianni Lima Serra, da Assessoria Jurídica da Cemar, o "Linha Direta" é um canal interligado com o Procon, Ministério Público, Defensoria Pública e Poder Judiciário. O objetivo é solucionar, de forma célere, as demandas apresentadas pelos consumidores.